

☆ continuação

Notas da Explicativas às Demonstrações Financeiras

16.2 Gerenciamento de risco: Gerenciamento de risco financeiro:

Visão geral: Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas e taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros utilizados pela Sociedade. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da Administração, que atua ativamente na gestão operacional. A Sociedade tem como prática gerir os riscos existentes de forma conservadora; essa prática tem como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios. Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da Alta Administração são: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de taxa de juros. **Estrutura de gerenciamento de risco:** Risco de crédito: É o risco de a Sociedade sofrer prejuízo financeiro caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis originados por aplicações financeiras. De forma geral, o direcionamento dos negócios é tratado em reuniões de comitê para tomadas de decisão. Há acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados. O valor contábil do instrumento financeiro que representa exposição máxima ao risco de crédito nas datas das demonstrações financeiras é:

	2016	2015
Caixa e equivalentes de caixa	2.605	503
Títulos e valores mobiliários	4.123	39.120
Garantia de depósito caução	-	13

Risco de liquidez: É o risco de que a Sociedade possui de eventualmente encontrar dificuldades em cumprir obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. A abordagem no gerenciamento do risco de liquidez é garantir o pagamento das obrigações, motivo pelo qual há o objetivo de manter disponibilidade em caixa para cumprimento das obrigações de curto prazo, fazendo o possível para que sempre haja liquidez suficiente para cumprir as obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou o risco de prejudicar a reputação da Sociedade. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

	37	Entre	Entre	meses
	Próximos	13 e 24	25 e 36	em
	12 meses	meses	meses	dianete
Fornecedores (nota explicativa nº 9)	11.401	-	-	-
Contas a pagar com intermediação bancária (nota explicativa nº 9.1)	10.266	-	-	-
Empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 10)	-	17.179	17.179	155.760

Risco de taxa de juros: O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de taxas de juros na data das demonstrações financeiras foi:

	2016	2015	
Ativos:			
Caixa e equivalentes de caixa	2.605	503	
Títulos e valores mobiliários	4.123	39.120	
Empréstimos e financiamentos	190.118	161.967	
Análise de sensibilidade: A Sociedade e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros, conforme demonstrado a seguir: Variação das taxas de juros: Para verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos aos quais a Sociedade e suas controladas estavam expostas na data-base 31 de dezembro de 2016, foram definidos três cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2016, foi extraída a posição do indexador Selic (10,25% a.a.) para um ano. A Sociedade preparou 3 cenários de análise de sensibilidade. O cenário I considera as taxas de juros futuros observadas na data-base das demonstrações financeiras e os cenários II e III consideram uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, na variável de risco considerada. A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2016, projetando os índices para um ano e verificando a respectiva sensibilidade em cada cenário:			
	Cenário		
	Total	I	II
Instrumentos financeiros	4.123	423	317
Títulos e valores mobiliários			211
Empréstimos e financiamentos	(190.118)	(19.487)	(24.042)
			(29.019)
17. Receita:	31/12/2016	31/12/2015	
Serviços de transbordo	17.837	-	-
Impostos sobre faturamento	(2.392)	-	-
Total da receita líquida	15.445	-	-
18. Custos e Despesas:	2016	2015	
Salários, encargos e benefícios	(7.083)	(20)	
Depreciações e amortizações	(11.068)	(21)	
Manutenção	(649)	-	
Seguros	(687)	(70)	
Combustível	(186)	-	
Serviços de terceiros	(3.950)	(95)	
Aluguéis	(468)	(52)	
Frete	(47)	-	
Viagens e passagens	(357)	(82)	
Copa e cozinha	(68)	-	
Operacionais e segurança	(1.513)	-	
Taxas diversas	(396)	(136)	
Outras despesas	(1.865)	(105)	
Total	(28.337)	(581)	
Classificados como:			
Custos dos serviços prestados	(23.590)	-	
Salários, encargos e benefícios	(695)	(20)	
Gerais e administrativas	(2.812)	(437)	
Serviços profissionais	(1.179)	(103)	
Depreciações e amortizações	(61)	(21)	
Total	(28.337)	(581)	

19. Resultado Financeiro:

	2016	2015
Receitas:		
Rendas de aplicações financeiras	319	-
(-) PIS e COFINS s/receita financeira	(15)	-
Outras	9	-
Total	313	-
Despesas:		
Encargos de dívidas s/empréstimos	(17.337)	-
Encargos de dívidas	(8.091)	-
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(980)	-
Outras	(183)	(57)
Total	(26.591)	(57)
Resultado financeiro líquido	(26.278)	(57)

20. Imposto de Renda e Contribuição Social: Os tributos sobre o lucro no Brasil compreendem o imposto sobre a renda e a contribuição social sobre o lucro. A alíquota estatutária aplicável nos exercícios apresentados é de 34%. Em outros países onde a Sociedade tem operações ela está sujeita a outras taxas, dependendo da jurisdição. O total de tributos sobre o lucro demonstrado no resultado do exercício está reconciliado com as alíquotas estabelecidas pela legislação como segue:

	2016	2015
Resultado antes do IR e da CS	(39.170)	(638)
Alíquota nominal	34%	34%
Expectativa de crédito de IR e CS	13.317	217
Ajustes permanentes:		
Brindes	(10)	(2)
Transporte para funcionários	(259)	-
Multas fiscais	(1)	-
Ajustes temporários:		
Provisão bônus	(62)	-
Outras provisões operacionais	(114)	-
Provisão materiais	(24)	-
Provisão fornecedores	133	-
Efeito dos prejuízos fiscais não utilizados e das compensações tributárias não reconhecidas como impostos diferidos ativos	(13.043)	(215)
Total - líquido	-	-
Alíquota efetiva	0%	0%

21. Compromissos e Garantias: A Sociedade possui Contratos de longo prazo com os seguintes clientes: **1. NIDERA**, com validade de 10 anos a partir de 2016; **2. NOBLE**, com validade de 10 anos a partir de 2016; e **3. MULTIGRAIN**, com validade de 10 anos a partir de 2016. **22. Transações que não Afetaram o Caixa:** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, as seguintes transações não afetaram o fluxo de caixa da Sociedade: • Adições ao imobilizado de juros sobre empréstimos e rendimentos sobre aplicações financeiras capitalizadas apresentam um saldo líquido de R\$2.210. • Adições ao imobilizado com provisão de fornecedores de R\$5.728. **23. Aprovação das Demonstrações Financeiras:** A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Sociedade em 5 de maio de 2017.

Diretoria

Rene Pinto da Silva - Diretor

Rogério da Silva Lima - Diretor

Contador

Rodrigo Santana Canhiçares - Contador - 1SP 257861/09

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Administradores da **Hidroviás do Brasil - Miritituba S.A. - São Paulo - SP - Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Hidroviás do Brasil - Miritituba S.A. ("Sociedade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Hidroviás do Brasil - Miritituba S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a qual informa que a Sociedade apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$13.301 e prejuízo no montante de R\$39.170 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Essa situação é decorrente da Sociedade estar no início de suas operações e, consequentemente, indica a dependência da Sociedade por recursos financeiros de seus acionistas. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações**

financeiras: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRSs), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada

e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 5 de maio de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Iara Pasian
Contadora - CRC nº 1 SP 121517/O-3

Deloitte.